

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 10 de junho de 2024 às 07h47*  
*Seleção de Notícias*

## Economia & Negócios - Estadão | BR

Propriedade Intelectual

**Boeing amplia investimentos no Brasil e diz que País é parte de solução para superar situação atual** ..... 3

ECONOMIA E NEGÓCIOS | AUTOR | LUCIANA DYNIEWICZ

## Época Negócios - Online | BR

Patentes

**Empresas que investem em inovação ganham mais tempo para aderir à Lei do Bem e reduzir impostos** ..... 6

MUNDO | REDAÇÃO | AUTOR

## Diário de Pernambuco - Online | PE

10 de junho de 2024 | Propriedade Intelectual

**IA impõe novos desafios à Justiça eleitoral do país** ..... 7

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

## Boeing amplia investimentos no Brasil e diz que País é parte de solução para superar situação atual

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Empresa tem 600 profissionais no País divididos entre centros de pesquisa e de engenharia; com expansão dos negócios em São José dos Campos (SP), companhia americana entrou em conflito com brasileiras do setor aéreo

A crise que a Boeing atravessa desde os dois acidentes fatais envolvendo seus aviões e agravada com o caso da porta ejetada de uma aeronave em pleno voo não alterou o projeto de expansão da companhia no Brasil. Ainda que tenha registrado cinco anos consecutivos de prejuízo, a fabricante americana de jatos aumentou seu quadro de engenheiros no País de 500 em outubro do ano passado para os atuais 600, um acréscimo de 20% em pouco menos de oito meses.

"(A crise) não tem afetado (a estratégia no Brasil). O País é parte da solução e da resposta para a atual situação. Uma resposta de como vamos nos posicionar para ganhar mercado no futuro. Não é algo marginal", diz o presidente da Boeing para a América Latina e Caribe, Landon Loomis.

Loomis: 'O Brasil é parte da solução e da resposta para a atual situação' Foto: Werther Santana/Estadão

A atuação da companhia no Brasil vem ganhando força desde 2014, quando instalou em São José dos Campos (SP) um centro de pesquisas (BR&T), que está completando dez anos. Na unidade, a empresa investe em estudos sobre combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês), a principal saída

para descarbonização do setor aéreo no curto prazo. Produzido a partir de óleos vegetais (de cana-de-açúcar, milho ou palma, por exemplo), gorduras animais (como o sebo bovino) e até óleo de cozinha usado, o biocombustível emite de 60% a 80% menos carbono do que o querosene de aviação (QAV).

O SAF, porém, ainda é pouco produzido no mundo, não atendendo à demanda global. Os engenheiros do centro pesquisam opções para aumentar a escala de produção do combustível.

"Temos ainda o compromisso de certificar aviões para voar com 100% de SAF até 2030. Hoje, eles são certificados para operar com uma mistura contendo 50% de SAF. O time do Brasil está trabalhando para isso", acrescenta Loomis.

O BR&T é um dos 12 centros de pesquisa da companhia no mundo. A estratégia da empresa é que cada unidade colabore com o desenvolvimento de tecnologias que os países onde estão instalados têm expertise. Os centros da Índia e da China, por exemplo, focam em pesquisas de computação. No Brasil, os estudos costumam envolver sustentabilidade, engenharia de sistemas e eficiência operacional.

O centro tem apenas 14 engenheiros - que trabalham com parcerias com universidades -, mas está ampliando o time. "Ficamos um bom tempo com o mesmo nível de funcionários, mas estamos retomando o crescimento", diz José Fregnani, gerente do BR&T. No momento, por exemplo, a empresa está recrutando engenheiro de SAF.

A maioria dos profissionais da Boeing no Brasil, no entanto, atua no centro de engenharia, inaugurado em outubro do ano passado. Enquanto o BR&T foca em pesquisas de tecnologias iniciais, o centro de en-

Continuação: Boeing amplia investimentos no Brasil e diz que País é parte de solução para superar situação atual

genharia trabalha na criação de produtos finais.

Nele, profissionais brasileiros têm trabalhado, por exemplo, em parceria com a Nasa para criar um avião que consuma menos combustível. A equipe daqui também atua em parceria com os americanos no processo de certificação do jato 737 MAX 7 (um modelo menor da Boeing, com capacidade para 140 passageiros em média).

A expansão da Boeing no Brasil, entretanto, tem sido motivo de disputa com a Embraer e outras empresas do setor aéreo de São José dos Campos. As companhias brasileiras alegam que a americana tem praticado concorrência predatória, ferindo a soberania nacional e se beneficiando de dados secretos da Embraer aos quais teria tido acesso quando negociava compra da área de aviação comercial da fabricante brasileira de aviões.

A Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE) e a Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB) entraram com ação na Justiça reivindicando um limite de 6%, por ano, no total de engenheiros que a Boeing pode retirar de uma empresa brasileira, sob pena de multa de R\$ 5 milhões para cada profissional que ultrapasse o limite. Solicitam também que, nesse cálculo, sejam considerados engenheiros que tenham deixado as companhias brasileiras e migrado para a Boeing em um intervalo inferior a seis meses. Procuradas, as entidades e a Embraer não comentaram o assunto.

Loomis afirma que a Boeing está cumprindo as leis brasileiras. "Respeitamos totalmente a **propriedade** intelectual de todas as empresas. Mesmo porque também dependemos de nossa **propriedade** intelectual", diz. "E as respostas da Justiça têm sido a

nosso favor. Isso não impactará nossos planos."

O executivo também destaca que a abertura do centro de engenharia no Brasil - o 15.º da empresa no mundo - não tem relação com a desistência da Boeing de comprar parte da Embraer. Quando as duas empresas estavam em negociação, a Boeing tinha como uma de suas intenções rejuvenescer sua equipe de engenheiros com os profissionais brasileiros.

Mão de obra escassa O problema da falta de mão de obra qualificada na empresa americana é conhecido no mercado e se acentuou após a covid-19, quando parte dos profissionais do setor se aposentou e outros, após receber auxílio financeiro e se acostumar ao trabalho remoto, não quiseram voltar aos padrões pré-pandemia. Nos EUA, a empresa vem perdendo engenheiros para o setor de tecnologia.

"A decisão de abrir um centro aqui não tem a ver com a desistência (do negócio com a Embraer). Focamos em ter capilaridade global e o centro de engenharia do Brasil é um dos 15 que temos no mundo. O acesso a talentos é um fator importante para qualquer empresa na aviação. Por isso, criamos um plano estratégico global", afirma Loomis. Segundo o executivo, desde que o centro foi inaugurado, 40 engenheiros brasileiros que atuavam no exterior foram repatriados.

Questionado sobre o que a companhia tem feito para melhorar a segurança de suas aeronaves após a série de acidentes, Loomis afirmou que os profissionais da Boeing, tanto aqui como no exterior, têm levantado dados para entender "onde podem ser melhores". "Todo esforço que a empresa está fazendo globalmente também é feito aqui."

Na semana retrasada, a Boeing entregou à Ad-

Continuação: Boeing amplia investimentos no Brasil e diz que País é parte de solução para superar situação atual

ministração Federal de Aviação (FAA, na sigla em inglês) um plano para melhorar a qualidade e a segurança de seus aviões.

assinantes do Estadão.

Já sou Assinante

Encontrou algum erro?Entre em contato  
Compartilhe :Tudo SobreBoeingaviação  
ComentáriosOs comentários são exclusivos para

# Empresas que investem em inovação ganham mais tempo para aderir à Lei do Bem e reduzir impostos

MUNDO



Governo anunciou novo formulário eletrônico para submissão de projetos à **Lei** do Bem e ampliou o prazo para a entrega do documento, que passa de 31 de julho para 30 de setembro

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) lançou um novo formulário eletrônico para submissão de projetos à **Lei** do Bem, que concede benefícios fiscais para empresas investirem em inovação. O FormP&D agora é integrado à plataforma gov.br e à base de dados da Receita Federal. O objetivo da mudança é que o novo formulário tenha uma navegação mais intuitiva.

Além disso, o governo ampliou o prazo para a entrega do documento, que passa de 31 de julho para 30 de setembro. Com a prorrogação, empresas que investem em inovação, mas não pensavam em aderir ao programa de benefícios fiscais por conta da demora para estruturar o pedido, vão ter mais tempo para se organizar e apresentar os aportes referentes ao ano-base 2023.

Para aderir à **Lei** do Bem, é necessário obedecer a alguns critérios, explica Rodrigo Miranda, CEO da G.A.C. Brasil, consultoria que ajuda empresas a aderirem ao benefício fiscal: as empresas precisam ser tributadas com base em lucro real, terem registrado lucro no ano fiscal anterior e não podem estar ina-

dimplentes. Não é fundamental que elas tenham setores estruturados de pesquisa e desenvolvimento; projetos pontuais de inovação também são aceitos.

Entre os benefícios da **Lei** do Bem, criada em 2005, estão a exclusão dos valores investidos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, gerando uma renúncia fiscal equivalente a até 34% desses investimentos.

Além disso, as empresas beneficiadas também conseguem redução de 50% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de máquinas e equipamentos usados nos projetos de pesquisa e desenvolvimento. Há ainda a redução a zero da alíquota de IRRF de remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, **patentes** e cultivares. Os percentuais variam de acordo com cada caso.

## IA impõe novos desafios à Justiça eleitoral do país

A recente manutenção do veto à lei que puniria as fake news nas eleições pelo Congresso Nacional e a posse da nova presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ministra Cármen Lúcia, intensificaram os debates sobre o uso da Inteligência Artificial (IA) para manipulação eleitoral. Em seu discurso, a ministra criticou duramente o uso de tecnologias como as deepfakes, afirmando que este será o maior desafio no pleito.

Os debates se estendem ao Senado, onde desde maio do ano passado se discute sobre o Marco Legal da Inteligência Artificial (PL2338/2023), de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A votação do projeto está marcada para o dia 12 de junho. Na Câmara Federal, uma recente decisão dos parlamentares impediu a retomada de pena de prisão de um a cinco anos e multa para "comunicação enganosa em massa", entre outras determinações de controle e punitivas.

Em contrapartida, o TSE aprovou em fevereiro uma resolução eleitoral que proíbe o uso de deepfakes e cria restrições ao uso de Inteligência Artificial durante as campanhas eleitorais deste ano. O descumprimento dessas regras pode resultar, inclusive, na cassação do candidato ou na perda do mandato, caso eleito. A resolução também exige que as campanhas eleitorais rotulem o conteúdo multimídia sobre o uso da inteligência artificial e proíbe a utilização de chatbots. Além disso, uma série de obrigações foram impostas às redes sociais.

As punições já estão sendo aplicadas, algumas recentes e já focando nas manipulações referentes às próximas eleições. Em maio, um pré-candidato à prefeitura de um município do Mato Grosso foi multado em R\$ 10 mil por divulgar um vídeo manipulado de seu opositor, no qual comparava falsamente a população a cachorros. Em Pernambuco, um perfil do

Instagram que veiculou acusações a um prefeito utilizando deepfake com imagem de William Bonner foi suspenso.

Segundo Gustavo Escobar, especialista em **Propriedade** Intelectual e Proteção de Dados, "o uso desse tipo de tecnologia tem o potencial de ferir direitos de imagem e a **propriedade** intelectual de pessoas e empresas, causando danos na esfera jurídica civil e mesmo criminal, por isso, há necessidade de evolução legislativa para que limites claros sejam traçados, como já ocorre na Europa, por exemplo". A eficácia das normas vigentes dependerá da capacidade de implementação e fiscalização por parte das autoridades eleitorais. Além disso, é fundamental a conscientização dos eleitores sobre os riscos das fake news e a importância de verificar a veracidade das informações antes de compartilhá-las.

Ainda de acordo com o advogado, a tecnologia evolui rapidamente, e as regulamentações devem acompanhar esse ritmo para serem eficazes. "O debate sobre o Marco Legal da Inteligência Artificial no Senado é um exemplo da necessidade de uma base jurídica robusta e atualizada que contemple as diversas implicações do uso da IA, incluindo seu impacto nas eleições", analisa.

"Entretanto é certo que as violações eventualmente irão ocorrer. Diante disso, é fundamental que haja algum controle responsável por parte das empresas que trabalham com IA sobre o uso dessa tecnologia, além de políticas de uso e privacidade muito bem estruturadas para minimizar danos. O respeito aos direitos alheios, à propriedade intelectual e à integridade de processos democráticos são bens jurídicos a serem resguardados e protegidos do uso inadequado da inteligência artificial", conclui Escobar. (Blog Dantas Barreto)

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade** Intelectual

3, 7

**Patentes**

6

**Entidades**

6